

PRICILA LUANA BERTOZZO

**DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO SLOGAN POLÍTICO DE JAIR
BOLSONARO SOB A ÓTICA DA GUERRA CULTURAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, Campus Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II.

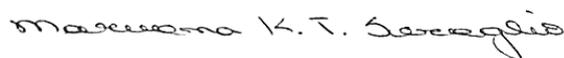
Orientador prof. Dr. ERIC DUARTE FERREIRA

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 10/12/2024.

BANCA EXAMINADORA



ERIC DUARTE FERREIRA



Prof.a Prof.a MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO



Prof. Dra. ANGELA DERLISE STUBE

Deus, pátria e família: uma análise do *slogan* político de Jair Bolsonaro sob a ótica da Guerra Cultural no Brasil¹

Pricila Luana Bertozzo

pricilabertozzo@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa alguns enunciados discursivos de Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2022 com foco nos usos de enunciados ligados ao nacionalismo, à religiosidade e à defesa de valores tradicionais, encapsulados no *slogan* político “Deus, Pátria e Família”. A investigação é realizada sob a ótica da compreensão do fenômeno da guerra cultural como prática discursiva, que abarca uma disputa entre visões de mundo conservadoras e progressistas. Com base na teoria foucaultiana do discurso como constitutivo da realidade social e suas tensões, este estudo visa compreender se Bolsonaro mobilizou enunciados ligados à guerra cultural para interpelar o eleitorado, promover polarização política e consolidar uma identidade política extremista no Brasil contemporâneo. A análise abrange declarações públicas, entrevistas, debates e materiais de campanha, além de considerar as respostas da mídia e de opositores políticos. A análise evidencia que o *slogan* estudado mobiliza memórias discursivas de movimentos autoritários do passado, ressignificando-as no contexto contemporâneo para consolidar uma identidade política conservadora e ampliar a polarização no Brasil. Conclui-se que o discurso bolsonarista não apenas reforça valores tradicionais, mas também atua como uma estratégia de exclusão e antagonismo, fundamental para o acirramento da guerra cultural no país.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Jair Bolsonaro. Nacionalismo. Religiosidade. Família tradicional. Guerra cultural. Polarização política.

1 Introdução

O presente estudo tem como objetivo investigar alguns enunciados discursivos relacionados ao discurso político no atual cenário brasileiro, tendo em vista que a polarização política tem se intensificado nas últimas décadas, resultando em uma dinâmica de confronto entre visões de mundo antagônicas (progressismo e conservadorismo). Dentro desse cenário, os discursos políticos desempenham um papel fundamental na construção e na manutenção

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras (Português e Espanhol) de Pricila Luana Bertozzo, desenvolvido sob a orientação do prof. Eric Duarte Ferreira.

dessa polarização, sendo essencial compreender as dinâmicas enunciativas sobre as quais esses discursos são produzidos, difundidos e recebidos pela sociedade, haja visto que, o campo da análise de discurso, tem muito a dizer sobre o tempo presente.

Do ponto de vista histórico, sabemos que a Revolução Francesa foi o marco que consolidou o conceito de cidadania e igualdade de direitos, e também trouxe à tona o embrião da polarização política moderna, com a divisão ideológica entre direita e esquerda. Essa divisão surgiu inicialmente de maneira quase casual, com os grupos que defendiam a preservação da monarquia e seus privilégios alinhando-se à direita do presidente da Assembleia, enquanto aqueles que desejavam mudanças mais profundas e radicais se posicionavam à esquerda. Esse arranjo espacial simbolizava diferenças profundas nas visões de mundo: de um lado, conservadores ligados à manutenção do status quo e dos privilégios da nobreza e, de outro, revolucionários que, inspirados pelos ideais iluministas, promoviam a redistribuição do poder e a igualdade perante a lei (Carvalho, 2022, p. 46).

A noção de progressismo e conservadorismo, que nasceu desse momento, foi posteriormente adaptada e ressignificada conforme os contextos históricos e sociais, mas permanece um pilar da política moderna. A Revolução também revelou que a própria esquerda poderia adotar posições conservadoras e até repressivas em momentos de crise, como exemplificado pelo regime de terror que se instaurou posteriormente e pela exclusão de certos direitos fundamentais (Carvalho, 2022, p. 47 e 48).

Partindo da ideia de que os discursos são elementos-chave para a compreensão do poder e da cultura em uma sociedade, a abordagem foucaultiana oferece ferramentas teóricas valiosas para analisar esses discursos. Foucault (2014), em sua obra *A Ordem do Discurso*, propõe que o discurso não é simplesmente uma representação da realidade, mas sim um elemento constitutivo dessa realidade, que produz efeitos de verdade e possibilita o exercício do poder. Portanto, ao analisar os discursos da polarização política à luz das teorias foucaultianas, buscamos compreender não apenas o conteúdo desses discursos, mas também as relações de poder e as práticas de verdade que eles engendram.

Já nas primeiras linhas de *A Ordem do Discurso* o autor menciona que “ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível” (Foucault, 2014, p. 5), o que demonstra a maneira como busca conscientizar o ouvinte/leitor, que ele mesmo ao proferir um discurso não é o dono da palavra que profere,

uma vez que o autor vê o discurso como um fenômeno social, o discurso não seria algo criado e proferido, ao contrário, seríamos na verdade interpelados por discursos precedentes.

Nesta senda, o bolsonarismo, como observa Rocha (2021), atualiza uma memória do integralismo/fascismo brasileiro, retomando temas e estratégias discursivas que evocam esses movimentos autoritários do passado. Essa prática remete ao conceito de Foucault, segundo o qual o discurso sempre carrega uma multiplicidade de vozes anteriores, preservando e atualizando memórias discursivas. Foucault ilustra essa visão ao afirmar que “uma voz sem nome me precedia há muito tempo” (Foucault, 2014, p. 5), sugerindo que, ao proferir um discurso, não falamos apenas por nós mesmos, mas por uma série de vozes passadas que moldam nossas ideias, ainda que possamos ter a ilusão de sermos os criadores originais de tais discursos.

Assim, o discurso, compreendido como um fenômeno essencialmente social, é fruto de uma construção coletiva que não só molda os indivíduos, mas também se manifesta através deles, infiltrando-se nas dinâmicas e interações sociais de forma quase imperceptível. Ainda que muitas vezes os sujeitos tenham a impressão de estarem formulando discursos autênticos e pessoais, estão, conforme Foucault, atuando “apenas como receptores e transmissores do discurso, estando sujeitados ao seu poder e influência” (Foucault, 2014, p. 6). Nesse sentido, o discurso opera como uma força que ultrapassa o sujeito individual, posicionando-o em uma rede de significados e significantes que lhe preexistem e o conduzem, reforçando a complexidade das relações de poder e o alcance do discurso na formação de realidades sociais.

Foucault (2014) argumenta ainda que o discurso não é meramente uma representação da realidade, mas um elemento constitutivo dessa realidade, que produz efeitos de verdade e poder. Segundo Foucault, os discursos são instrumentos de controle social, selecionados, organizados e redistribuídos para manter certas estruturas de poder.

Desta forma, do ponto de vista da análise do discurso, surgiu a questão: haveria uma semântica/um sentido específico para os *slogans* e palavras reiteradamente utilizadas tanto durante a gestão presidencial de Bolsonaro (2019 - 2022), quanto na campanha política no ano de 2022? Nosso *corpus* de estudo, composto pelos discursos de Jair Bolsonaro — incluindo a fala de abertura na 76ª Assembleia Geral da ONU (2021), o pronunciamento no evento de lançamento de sua candidatura à reeleição (2022), o discurso de 7 de setembro de 2022 em Brasília, bem como postagens em redes sociais que estiveram ativas durante todo o

período estudado (*Twitter/X* e *Facebook*) - nos permitirá investigar se existem regularidades semânticas nesses slogans e palavras.

2. Corpora de análise

Os recortes analíticos utilizados para investigar as manifestações discursivas no contexto da polarização política brasileira possuem o foco no discurso bolsonarista. O estudo parte de uma conceituação inicial do fenômeno da “guerra cultural”, situando-o no contexto nacional, e avança para uma discussão teórica que abarca a análise do discurso e o funcionamento da memória no processo de construção de significados.

O corpus selecionado compreende discursos, pronunciamentos e postagens em redes sociais do ex-presidente Jair Bolsonaro, abrangendo eventos significativos como sua participação na Assembleia Geral da ONU, atos públicos e declarações realizadas durante a campanha eleitoral. Esses materiais, organizados em sequências discursivas (SDs), são analisados com base em categorias discursivas como retórica, argumentação e estratégias de mobilização emocional.

Ainda, cumpre mencionar que as regularidades discursivas são um conceito importante para a análise de discurso. Conforme aponta Pêcheux, esse processo transcende a mera identificação de padrões formais e envolve uma interpretação mais profunda dos significados. Segundo Pêcheux (1997):

Estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar textos, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto, e da atividade do gramático sob modalidades normativas ou descritivas [...]. As questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder às questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor quis dizer) (Pêcheux, 1997, p. 61).

Com base na perspectiva de Pêcheux (1997), é possível afirmar que a seleção do corpus deste estudo não se limita à identificação de elementos discursivos em textos de forma aleatória. Ao contrário, trata-se de uma escolha fundamentada na relevância e na representatividade dos enunciados analisados para compreender as dinâmicas discursivas de Jair Bolsonaro no contexto da polarização política brasileira. O corpus foi composto por discursos públicos, como o da abertura na 76ª Assembleia Geral da ONU (2021), declarações em eventos de campanha em 2022 e postagens nas redes sociais oficiais do ex-presidente.

Esses materiais foram selecionados por sua capacidade de revelar regularidades discursivas e pela centralidade das temáticas de nacionalismo, religiosidade e valores tradicionais em sua retórica. As reportagens e registros foram escolhidos por fornecerem acesso direto às sequências discursivas mais marcantes, aquelas que amplificaram a mobilização emocional e ideológica do eleitorado, garantindo assim uma análise que conecta os padrões linguísticos às estratégias políticas subjacentes.

Quadro 1: discursos e *posts* em redes sociais analisados

	SEQUÊNCIA DISCURSIVA - IMAGEM - POST EM REDE SOCIAL
SD1	Página oficial de Bolsonaro no Facebook, acesso em 01/06/2024. Página oficial de Bolsonaro na rede X, acesso em 01/06/2024.
SD2	Discurso na ONU em 2021 - “[...] O Brasil é um país cristão e conservador, que acredita em Deus e defende a liberdade” [...]
SD3	Ato em Brasília em 2022 - “[...]Somos uma pátria majoritariamente cristã que não quer a liberação das drogas, que não quer legalização do aborto, que não admite a ideologia de gênero. Um país que defende a vida desde a sua concepção, que respeita as crianças na sala de aula, que respeita a propriedade privada e que combate a corrupção para valer. Isso não é virtude. É obrigação de qualquer chefe do Executivo. Sabemos que temos pela frente uma luta do bem contra o mal. O mal que perdurou por 14 anos em nosso país, que quase quebrou a nossa pátria e que agora deseja voltar à cena do crime. Não voltarão. O povo está do nosso lado, o povo está do lado do bem, o povo sabe o que quer [...]”. “[...] Com a graça de Deus, que me deu uma segunda vida, e pela missão também que me deu de comandar o nosso país, nós atingiremos juntos o nosso objetivo. Hoje vocês têm um presidente que acredita em Deus [...]”
SD4	Lançamento da candidatura em 2022 - “[...] Nós somos maioria, nós somos do bem, nós temos liberdade para lutar pela nossa pátria. Convoco todos vocês agora, para que todo mundo, no 7 de setembro, vá às ruas pela última vez [...]”
SD5	Lançamento à reeleição em 2022 - “[...] Não queremos o Brasil dominado por outra potência. E temos outras poucas potências de olho no Brasil [...]”
SD6	Discurso na ONU em 2022 - “[...] este 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira. Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade. Muito obrigado. [...]”

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Analisando as sequências discursivas (SD) selecionadas, bem como com o suporte de pesquisadores da linguagem como Foucault (2014 e 2022), Antonio Candido (2024), João Cezar de Castro Rocha (2021 e 2023), este estudo visa explorar questões levantadas por meio

de categorias discursivas, como a retórica e argumentação. Desta forma a análise será orientada pela dinâmica do debate público no contexto da sociedade brasileira, com um olhar aos elementos de mobilização da polarização e presentes na retórica política bolsonarista.

Nesta linha, nossa pesquisa se concentrará em analisar enunciados políticos contemporâneos que apresentam uma série de objetos de discurso que sustentam o conflito de visões sociais entre conservadores e progressistas. Pretendemos investigar como esses discursos se materializam no debate público, especialmente em contextos midiaticizados e massificados, contribuindo para o cenário de polarização. Além disso, buscaremos compreender as diferentes formas de discurso político, verbais e não verbais, que compõem o cenário agonístico da oposição entre os sujeitos identificados como conservadores e progressistas.

3. Conceito de Guerra Cultural

No contexto da polarização política, como percebida contemporaneamente, o conceito de guerra cultural, como proposto por Sowell (2007), descreve o confronto entre visões de mundo restritas e irrestritas. Na mesma linha, a expressão “guerra cultural”, cunhada por Hunter (1995), refere-se ao confronto ideológico entre grupos com visões de mundo profundamente divergentes, principalmente no que diz respeito a valores, moralidade e identidade cultural. Estes conceitos foram explorados de maneira distinta, mas complementar, por Thomas Sowell e James Davison Hunter em suas respectivas obras. Nas palavras de Santos:

A origem do termo “guerra cultural” é controversa. Foi nos Estados Unidos, no entanto, que a expressão se tornou popularizada, através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991. Trata-se da descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas. (Santos, 2021, p. 181).

Como mencionamos, para Sowell (2007), em “Conflito de Visões: Origens Ideológicas das Lutas Políticas”, a guerra cultural é vista como uma manifestação das divergências fundamentais entre duas visões de mundo: a visão restrita e a visão irrestrita. A

visão restrita, muitas vezes associada ao conservadorismo, enfatiza as limitações inerentes à natureza humana e a importância de tradições e instituições para manter a ordem social. Em contraste, a visão irrestrita, vinculada ao progressismo, acredita na perfectibilidade humana e na capacidade de moldar a sociedade de acordo com ideais racionais e justos.

O autor argumenta que essas visões não são apenas diferenças de opinião, mas refletem compreensões radicalmente diferentes sobre a natureza humana e o funcionamento da sociedade, de modo que, quando visões entram em conflito as pessoas se sacrificam por elas vindo a dilacerar sociedades inteiras (Sowell, 2012, p. 12-13). A guerra cultural, nesse contexto, é o resultado do embate entre essas visões conflitantes, nas quais cada lado procura promover seus valores e influenciar as políticas públicas.

Por sua vez, James Davison Hunter, em “*Culture Wars: The Struggle to Define America*”, oferece uma análise detalhada sobre a guerra cultural nos Estados Unidos, focando no conflito entre os progressistas e os tradicionalistas. Hunter descreve a guerra cultural como uma batalha pelo controle sobre os significados simbólicos e morais que definem a sociedade. Ele destaca que esta luta se dá em várias frentes, incluindo educação, mídia, política, e até mesmo nas igrejas.

Hunter identifica que, no cerne da guerra cultural, estão questões como moralidade sexual, papel da religião na vida pública, e interpretações da justiça social. Ele argumenta que, embora essas disputas pareçam ser sobre políticas específicas, elas na verdade representam uma luta mais profunda sobre o que significa ser americano e quais valores devem guiar a sociedade.

Assim, podemos definir a guerra cultural como um conflito contínuo e multifacetado entre grupos com visões de mundo opostas, cada um buscando afirmar seus valores e normas culturais como predominantes na sociedade. Este conflito abrange uma ampla gama de questões sociais, políticas e morais, refletindo divergências profundas sobre a natureza humana, o papel das tradições, e a direção desejável para a sociedade. A guerra cultural não é apenas uma disputa por poder político, mas uma luta simbólica e ideológica para definir os significados e valores que orientam a vida coletiva.

Em se tratando do conflito de visões em sede global, Keane (2010, p. 689), apresenta a seguinte *cartoon*:

Imagem 1 - *Cartoon*



Fonte: Keane (2010).

Na figura apresentada, Berlusconi diz “Todo mundo me odeia: juizes, jornalistas, aposentados, funcionários públicos, donas de casa, estudantes, professores, pesquisadores, empresários, funcionários, atores, comediantes, médicos, enfermeiras, guardas-florestais, trabalhadores temporários, intelectuais, mas o Povo me ama” (Keane, 2010, p. 689), percebe-se que a figura ironiza Silvio Berlusconi e lança luz sobre uma retórica política polarizadora. Dessa forma, a charge de Staino encapsula um fenômeno discursivo que transcende o contexto italiano, encontrando ecos nas estratégias de polarização e de antagonismo entre “nós” e “eles” que compõem a retórica do discurso bolsonarista, como veremos.

Analisando o cenário brasileiro, Rocha (2023, p. 18-19) aborda como a guerra cultural, ao focar principalmente nas questões de costumes e moralidade, tornou-se um instrumento poderoso de manipulação política no Brasil. Ele sugere que essa estratégia tem sido subestimada no campo político e negligenciada em análises profundas, o que contribui para sua eficácia:

Nesse sentido, a guerra cultural, centrada prioritariamente na pauta dos costumes, transformou-se na mais eficaz máquina eleitoral das décadas iniciais do século XXI. E boa parte do seu êxito reside na insistência com que suas estratégias não são levadas a sério e por isso não são estudadas com o cuidado necessário. (Refiro-me, claro, ao campo político mais do que ao universo acadêmico.) A guerra cultural é uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua

inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação. Sua força consiste em associar a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um curto-circuito no sistema político representativo por meio do engajamento típico do universo digital. O sistema representativo supõe a existência de uma série complexa de mediações entre poder e cidadania, Estado e sociedade civil. Pelo contrário, a extrema direita alicerça na ação direta seu projeto político autoritário. O objetivo da translação do engajamento digital para a esfera pública é a despolíticação da pólis, desordenando por completo o tabuleiro da política, e um possível xeque-mate na pretensão fundamentalista da extrema direita exige arrumar as peças como primeiro lance da partida. (Rocha, 2023, p. 18/19)

Para esses autores, é crucial analisar que sempre há um grupo que se quer hegemônico e que acredita ser o detentor dos valores morais mais corretos e ilibados, reivindicando para si o direito de ditar as regras morais da sociedade. Este grupo, ao impor sua visão de mundo, frequentemente desconsidera a pluralidade de perspectivas e experiências que coexistem na sociedade. Por exemplo, ao abordar questões como o aborto através de um viés exclusivamente religioso, esse grupo ignora a complexidade e a diversidade de opiniões sobre o tema. Embora a argumentação religiosa possa ser válida dentro do contexto de fé de um segmento da população, a imposição dessa visão sobre toda a sociedade desconsidera a laicidade do Estado e os direitos de grupos não religiosos ou de outras confissões religiosas que podem ter visões diferentes.

Partindo da premissa de que a hegemonia de um grupo não deve silenciar vozes dissidentes ou impor unilateralmente suas regras morais, mas, ao contrário, deve fomentar um diálogo pluralista que enriqueça a convivência democrática, este trabalho examina o *slogan* “Deus, Pátria e Família” sob a ótica de inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais. Em consonância com a reflexão de Gayatri Spivak (2010), a análise levanta questionamentos sobre quem efetivamente tem voz dentro da sociedade e como estruturas de poder influenciam a visibilidade e o reconhecimento dos grupos marginalizados.

Spivak (2010) argumenta que o subalterno, especialmente se for mulher, pobre ou negra, enfrenta uma tripla barreira para a expressão de sua voz, pois “a condição de ser ‘negra’ ou ‘de cor’ perde o significado persuasivo” quando deslocada para contextos pós-coloniais, onde a dominação é marcada por uma “benevolência padronizadora” que impõe o “reconhecimento por assimilação” (Spivak, 2010, p. 110). Da mesma forma, o *slogan* mencionado, ao propor uma moralidade singular e homogênea, pode atuar como instrumento

de exclusão ao estabelecer uma ideia de pertencimento social baseada em valores que não refletem a pluralidade da sociedade brasileira.

Dessa forma, Pêcheux ressalta que a análise não se limita à estrutura gramatical ou à frequência dos elementos no texto, mas sobretudo ela também envolve a investigação dos sentidos subjacentes que emergem das escolhas semânticas e sintáticas. Aplicando essa perspectiva à análise dos discursos de Bolsonaro, observa-se a frequência de certas palavras e temas (como “Deus”, “Pátria” e “Família”), o que aponta para regularidades discursivas que não apenas estruturam a sua retórica, mas também carregam sentidos ideológicos profundos. Essas escolhas linguísticas, quando investigadas também sob o prisma da análise de Pêcheux, revelam-se não como meras palavras repetidas, mas como componentes centrais de um projeto discursivo.

4. Análise de discurso e a atualização da memória

O campo da Análise do Discurso (AD), principalmente da análise de discurso político, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para investigar a relação entre linguagem e poder, revelando como as práticas discursivas moldam e estruturam a realidade social. No contexto político, o discurso exerce um papel central na construção de identidades, bem como na mobilização de eleitores e na manutenção de hegemonias simbólicas.

Assim, em um cenário marcado por intensos confrontos entre visões de mundo antagônicas, a análise do discurso político revela-se essencial para desvendar as estratégias de mobilização e persuasão que alimentam essa dinâmica. Este estudo focaliza a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2022, para discutir como a retórica nacionalista, religiosa e de defesa de valores tradicionais emergiu de modo importante na construção de um imaginário coletivo conservador.

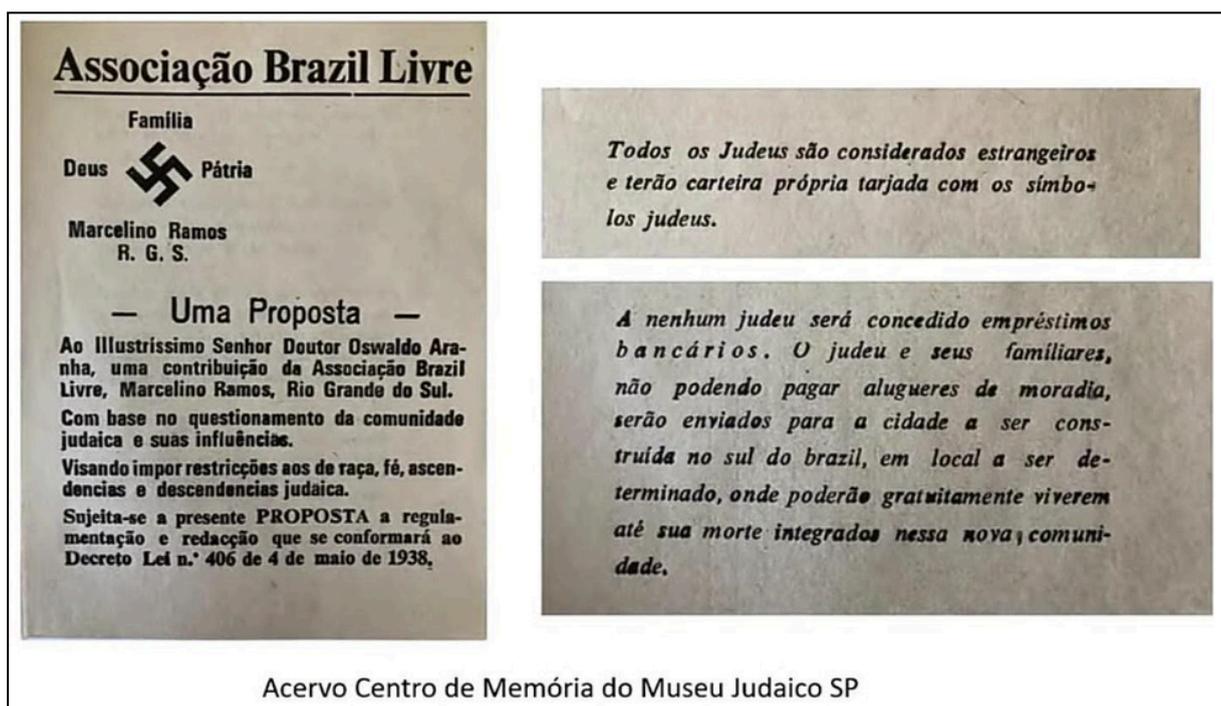
Nesta linha, como mencionamos acima, o *slogan* da campanha política e do discurso bolsonarista em geral, qual seja: “Deus, Pátria, Família”, sintetiza a proposta de campanha de Bolsonaro, evocando elementos que ressoam profundamente em setores significativos da sociedade brasileira. Ao analisar como esses elementos foram mobilizados, pretendemos estudar as práticas discursivas que contribuíram para a consolidação de uma identidade política ancorada na polarização e na guerra cultural. Tal abordagem permite não apenas compreender o funcionamento dos discursos, mas também as relações de poder que eles

instauram e reforçam, seguindo a perspectiva foucaultiana de que o discurso é um elemento constitutivo da realidade social e um instrumento de poder.

Importante lembrarmos neste ponto que o *slogan* mencionado possui um contexto histórico, sendo fundamental examinar como ele remonta ao movimento integralista da década de 1930, ao mesmo tempo em que foi atualizado no cenário político contemporâneo analisado (2022 - 2024), no qual consolidou-se como uma bandeira de defesa de certos valores nacionalistas, religiosos e familiares, reforçando um ideal de ordem e pureza moral que se contrapõe a visões progressistas e socialistas.

Veja-se neste sentido o cartaz/*banner* da Associação Brazil Livre², disponível no acervo do Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo, onde a insígnia nazista é rodeada pelas palavras DEUS, FAMÍLIA e PÁTRIA.

Figura 2: Cartaz/*banner* da Associação Brazil Livre



Fonte: Wikipedia (2024).

² A "Associação Brazil Livre" configurava-se como uma entidade alinhada aos ideais nazistas no Brasil, promovendo interesses que podem ser associados a diferentes níveis de antissemitismo, objetivos totalitaristas e práticas de exclusão dirigidas contra grupos considerados inimigos, seja por razões étnicas ou políticas. Essa associação operava em um momento histórico conturbado, situado no início do Estado Novo, período em que o Brasil enfrentava intensa instabilidade política. Fonte: Brainly (2024).

No campo da Análise de Discurso, aprendemos que em discurso não existem meras coincidências; cada escolha lexical, cada construção simbólica, reflete e reforça uma rede de significados enraizada em uma memória discursiva específica. Assim, a associação do *slogan*, das cores, e símbolos nacionais (como a bandeira), com elementos do passado integralista ou fascista no Brasil não pode ser encarada como um acaso. Pelo contrário, essa atualização discursiva indica uma estratégia de ressignificação de valores que buscam legitimar uma visão conservadora e nacionalista do país.

Nesse contexto, “Deus, Família e Pátria” atualmente no discurso político, sobretudo no discurso bolsonarista, atualiza uma memória que reativa símbolos de um passado autoritário e os molda para promover uma identidade política atual, ao mesmo tempo em que tenta ocultar ou disfarçar suas origens. A Figura 1 ilustra como o discurso político conservador atual articula uma continuidade com uma memória histórica de ordem e exclusão, remetendo às raízes integralistas que, ainda que reformuladas, permanecem presentes na simbologia e retórica de certos movimentos políticos brasileiros contemporâneos.

Neste sentido, segundo Foucault (2014), o discurso possui uma função de atualização da memória social, recuperando elementos do passado para ressignificá-los conforme as necessidades e contextos de um tempo presente. Para o autor o discurso organiza as percepções da realidade e define o que é considerado “verdadeiro” ou “válido” em um determinado momento histórico. Nesse sentido, o *slogan* no contexto atual representa não uma simples repetição, mas uma atualização significativa da memória integralista, que molda contemporaneamente o imaginário social e político brasileiro.

Esta atualização, agora associada a movimentos conservadores e à retórica política de líderes como Jair Bolsonaro, exemplifica como o discurso integralista, com suas bases em um nacionalismo cristão e anti-progressista, foi recuperado e adaptado para as dinâmicas da guerra cultural contemporânea. Essa ressignificação do passado mobiliza os mesmos elementos simbólicos para justificar um projeto de controle e ordem social, estabelecendo uma fronteira clara entre os “verdadeiros” brasileiros — associados aos valores cristãos e patrióticos — e aqueles vistos como ameaças à identidade nacional (comunistas etc.).

Veja-se o discurso de lançamento de Bolsonaro à reeleição, quando menciona que: “*Nós somos maioria, nós somos do bem, nós temos liberdade para lutar pela nossa pátria. Convoco todos vocês agora, para que todo mundo, no 7 de setembro, vá às ruas pela última*

vez" (SD4), percebe-se como o candidato mobiliza o “nós contra eles”, relacionando seus apoiadores ao bem, e colocando a pátria como posse deste povo do bem (utilização do pronome possessivo - nossa/nós). Ao relacionar seus apoiadores ao bem, há a pressuposição de que aqueles que não o apoiam são do mal. Embora sejam termos vagos, bem e mal, eles funcionam como determinantes de caráter.

Foucault nos ajuda a entender que essa atualização do *slogan* “Deus, Pátria, Família” não é neutra, mas sim um mecanismo que busca reforçar uma visão de mundo autoritária, construindo uma memória seletiva que omite outras narrativas e alternativas históricas. No caso brasileiro, o “Deus, Pátria, Família” é assim mobilizado como um instrumento de poder, servindo à construção de uma identidade nacional conservadora e excludente, na medida em que exclui adeptos de outras religiões (como as de matriz africana, islâmicas etc.). Essa prática, que Foucault (2014) chamaria de atualização da memória, atua para reacender o imaginário do integralismo, adaptando-o ao cenário político atual, onde a defesa da ordem e dos valores tradicionais ganha força frente às transformações sociais e aos avanços das pautas progressistas.

Diz o então presidente Bolsonaro em ato na Esplanada dos Ministérios em 2022 (SD3): *“Somos uma pátria majoritariamente cristã que não quer a liberação das drogas, que não quer legalização do aborto, que não admite a ideologia de gênero. Um país que defende a vida desde a sua concepção, que respeita as crianças na sala de aula, que respeita a propriedade privada e que combate a corrupção para valer. Isso não é virtude. É obrigação de qualquer chefe do Executivo. Sabemos que temos pela frente uma luta do bem contra o mal. O mal que perdurou por 14 anos em nosso país, que quase quebrou a nossa pátria e que agora deseja voltar à cena do crime. Não voltarão. O povo está do nosso lado, o povo está do lado do bem, o povo sabe o que quer”*.

Percebe-se nesse discurso do então presidente a associação de sua liderança e visão política a valores religiosos e morais específicos, os quais são mobilizados por sentidos de “bem” e “mal”. Ao afirmar que o Brasil é uma “pátria majoritariamente cristã” que se opõe a temas como os que ele chama de “liberação” das drogas e do aborto, de “ideologia de gênero”, o sujeito político mobiliza uma agenda ideológica que se apresenta como alinhada ao cristianismo evangélico e católico.

Essa retórica busca ainda criar uma distinção clara entre o “bem”, representado por ele e seus apoiadores, e o “mal”, atribuído aos governos anteriores e a suas políticas, que ele

descreve como ameaçadoras à moralidade e ao futuro do país. Ao afirmar que “o povo está do nosso lado, o povo está do lado do bem”, ele fortalece um vínculo de identificação coletiva com uma parcela conservadora e/ou reacionária da população, promovendo um antagonismo que reforça a polarização política entre os que defendem a continuidade de tais valores tradicionais e os que propõem pautas mais progressistas. As SDs se apresentam como uma prática discursiva ligada à guerra cultural, em que o campo político se configura como uma batalha ideológica intensa que ultrapassa o debate político e se estende a questões morais e religiosas.

Esse processo evidencia que o discurso político não só reflete, mas também (re)constrói as relações de poder, reiterando a visão de Foucault (2014) de que o discurso não é apenas um conjunto de palavras, mas uma prática ativa que organiza e regula a sociedade, sustentando-se em memórias que legitimam projetos de poder.

No contexto da guerra cultural, os mecanismos de controle social operam como formas de reafirmar uma ordem ideológica que divide a sociedade em grupos que se alinham ou se opõem a determinadas visões de mundo. Esses mecanismos são implementados para manter a hegemonia cultural de certos valores, principalmente aqueles que defendem o *status quo* que se quer conservador e tradicionalista.

Foucault (2022) argumenta que os discursos não são meras representações da realidade, mas sim práticas que produzem efeitos de verdade e poder. Com base nessa concepção, o nacionalismo, a religiosidade e a família servem para construir um cenário de confronto contínuo entre progressistas e conservadores.

[...] as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede (Foucault, 2022, p. 28).

Esta passagem sugere que o discurso está sempre em um processo de constante diálogo com outros discursos, tecendo-se em uma complexa rede de significados que extrapola o autor e o texto individual. Nesse sentido, qualquer discurso é uma intersecção de vozes e pensamentos anteriores, ecoando ideias preexistentes que, mesmo ao serem articuladas de novo, guardam em si a sombra do que já foi dito.

Além disso, Foucault (2022) avança essa ideia ao discutir a impossibilidade de alcançar uma origem absoluta para o discurso. Para ele, o discurso manifesta-se como um “recomeço” ou uma “ocultação”, condenando a análise histórica a buscar algo que nunca foi dito diretamente, mas que persiste como um “jamais-dito”. Este jamais-dito representa um discurso implícito, uma “escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro” – ou seja, um conjunto de ideias subjacentes e silenciosas que fundamentam o que se diz explicitamente, mas que permanece invisível (Foucault, 2022, p. 30). Assim, o autor sugere que todo discurso está permeado por ausências e silêncios que moldam o que é articulado, de forma que o que é dito apenas ganha sentido pleno em relação ao que não foi dito.

Essa visão exige que se abandone a ideia de um ponto fixo e autônomo de origem do discurso e, em vez disso, que se reconheça o discurso como uma construção intertextual e intertemporal. A análise do discurso, então, não é uma mera busca por origens, mas uma interpretação de camadas de significado que sobrepõem passado e presente, articulando-se em uma narrativa complexa, onde o explícito e o implícito, o dito e o não dito, coexistem e se complementam.

Assim, também é o discurso, e principalmente o discurso político, um emaranhado de outros discursos, de outras falas, ou mesmo a omissão de elementos. Contudo, no discurso cada elemento significa, possui uma história e uma correlação com outros discursos. Neste sentido, continua o autor, mencionando que um discurso não é algo estático e acabado, pelo contrário “está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas-a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas”, ou seja, um discurso sempre está ligado a uma série de enunciados que o precedem, e ainda o seguirão no futuro (Foucault, 2022, p. 28).

Além da perspectiva foucaultiana, a teoria da guerra cultural oferece uma lente crítica para examinar como os discursos de Bolsonaro se inserem em um contexto mais amplo de disputas simbólicas e culturais. No caso brasileiro, a retórica de Bolsonaro está alinhada à visão restrita, que, conforme Sowell (2007), enfatiza a preservação de tradições e instituições como forma de manter a ordem social. Essa perspectiva se manifesta na mobilização de símbolos e narrativas que reforçam uma identidade nacionalista e conservadora, estruturando um discurso que legitima a exclusão de valores progressistas e projeta a defesa de um ideal moral e cultural hegemônico.

A compreensão da guerra cultural e de sua aplicação em diferentes contextos internacionais e históricos é essencial para situar as práticas discursivas que emergiram no cenário brasileiro. Esse conceito, cuja origem remonta a disputas ideológicas e culturais em países como os Estados Unidos, foi progressivamente incorporado a agendas políticas de diversos países, adaptando-se a diferentes valores, símbolos e normas locais. Segundo Rocha (2023, p. 19), “a guerra cultural é uma matriz de produção em série de narrativas polarizadas cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado de permanente excitação”.

EXEMPLO SOBRE COMO O CORPUS PRODUZ

Desta forma, pode-se dizer que “guerra cultural”, um conceito amplamente discutido por teóricos como Hunter (1991) e Rocha (2024 e 2021), não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Ela se manifesta globalmente, como parte de um movimento transnacional que ataca instituições democráticas, ao passo que estabelece uma visão de mundo restrita e de aniquilação do outro, ao mesmo tempo em que promove valores supostamente conservadores. Para o autor, “o tema da guerra cultural é, por definição, transnacional e meta-histórico” (2021, p. 10).

Esse fenômeno global se reflete no crescimento da extrema direita, que em muitos casos se consolida por meio da via eleitoral. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 17) alertam que essa via eleitoral é uma rota insidiosa para o colapso democrático: enquanto um golpe de Estado clássico, como o ocorrido no Chile de Pinochet, torna a morte da democracia imediatamente visível, a via eleitoral a é mais lenta. Nessa abordagem, não há aparato militar nas ruas, e as instituições democráticas continuam, ao menos nominalmente, a funcionar. Nas palavras dos autores:

A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. Com um golpe de Estado clássico, como no Chile de Pinochet, a morte da democracia é imediata e evidente para todos. O palácio presidencial arde em chamas. O presidente é morto, aprisionado ou exilado. A Constituição é suspensa ou abandonada. Na via eleitoral, nenhuma dessas coisas acontece. Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. (Levitski Ziblat, 2018, p. 17)

As semelhanças do movimento da extrema direita e sua aproximação com a guerra cultural é significativa, o que torna, segundo os autores, a erosão da democracia menos intensa e visível aos cidadãos (Levitski e Ziblat, 2018, p. 17).

Percebe-se que as práticas discursivas servem não apenas para comunicar ideias, mas também para moldar a percepção da realidade e direcionar as relações de poder. Através da análise de *slogans* como “Deus, Pátria e Família”, identificamos a ressignificação de uma memória autoritária e conservadora no contexto político atual. A análise do discurso político bolsonarista, sob a perspectiva da Análise de Discurso, demonstra como o passado é recuperado e adaptado para atender às demandas contemporâneas especialmente em meio à guerra cultural.

5. A Guerra Cultural no contexto brasileiro

A guerra cultural, entendida como uma disputa ideológica que divide a sociedade entre visões de mundo antagônicas, encontrou terreno fértil no Brasil, especialmente com a ascensão de figuras políticas como Jair Bolsonaro. Embora tenha ganhado visibilidade massiva durante as eleições presidenciais de 2018, a retórica de Bolsonaro já trazia, desde seu tempo como parlamentar, elementos dessa batalha cultural, polarizando debates no Congresso e cultivando uma identidade de resistência contra o que ele considerava uma ameaça à tradição e à moralidade brasileiras.

Nesse contexto, como vimos, a retórica bolsonarista é estruturada pela lógica do “nós” contra “eles”, estabelecendo uma oposição entre defensores de valores tradicionais e as forças progressistas, vistas como inimigas da pátria e da família. Essa construção discursiva não apenas consolidou uma base de apoio fiel, mas também reforçou ideais de família tradicional, patriotismo e religiosidade, articulando esses valores como pilares de sua plataforma política e como resposta à guerra cultural em curso.

Essa divisão é frequentemente marcada por declarações que defendem valores considerados tradicionais, em oposição a mudanças progressistas, fortalecendo uma base que vê o patriotismo, a família e a religiosidade como pilares ameaçados pelas forças adversárias. Em seu pronunciamento de 7 de setembro de 2022, Bolsonaro reforça esses valores com um léxico religioso: “*Brasil, terra prometida. Brasil, um pedaço do paraíso. [...] Com a graça de*

Deus, que me deu uma segunda vida, e pela missão também que me deu de comandar o nosso país” (SD3).

Bolsonaro utiliza a palavra “missão” para se posicionar como um “missionário”, enviado por Deus para liderar o Brasil, articulando sua identidade messiânica com seu nome, “Jair Messias”. Ao associar seu nome à missão divina de “salvar” o país, ele reforça a ideia de que sua liderança é uma resposta direta à vontade de Deus, convocando a população a segui-lo como um líder que protege valores tradicionais e a moral religiosa. Esse discurso ressoa com uma base eleitoral que vê nele um líder escolhido para restaurar a ordem contra as ameaças progressistas.

A constante alusão a uma “luta do bem contra o mal” é um dos mecanismos em que esse sujeito político consolida a narrativa de guerra cultural, diferenciando seus apoiadores daqueles que ele caracteriza como inimigos da pátria. Essa oposição entre “nós” e “eles” também se estende ao cenário internacional, como ficou claro no discurso de Bolsonaro na ONU em 2021. Ele se referiu ao Brasil da seguinte forma: SD5: “[...] *não queremos o Brasil dominado por outra potência [...] temos outras poucas potências de olho no Brasil [...]*” (Bolsonaro, 2021). Esse tipo de discurso reforça a visão de um Brasil sob ameaça comunista (chinesa, por exemplo), exigindo uma resposta patriótica e alinhada aos valores tradicionais, e posiciona Bolsonaro e seus apoiadores como guardiões de uma identidade nacional ameaçada por influências externas e adversárias internas.

Rocha (2021) analisa como a “mentalidade bolsonarista” surgiu a partir de “um movimento subterrâneo de direita” que se articulou nas últimas décadas (Rocha, 2021, p. 125). Sendo que, nas eleições de 2022, o então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, reforçou sua estratégia retórica baseada na guerra cultural, mobilizando sua base de apoio por meio dos valores de “Deus, Pátria e Família”. Essa retórica se valeu de uma construção simbólica destinada a evocar o medo do “outro” — representado pelo progressismo ou comunismo — e uma defesa fervorosa de uma ordem social conservadora.

Rocha (2021) argumenta que a retórica de ódio disseminada nos últimos anos possui raízes profundas no pensamento de Olavo de Carvalho³, figura central para a formação

³ Olavo de Carvalho, é descrito como um pensador polêmico e influente que exerceu um papel significativo no cenário intelectual e político do Brasil contemporâneo. Nascido em Campinas, São Paulo, em 1947, e falecido em 2022, Olavo se destacou como filósofo autodidata, ensaísta e professor, embora frequentemente fosse alvo de críticas pela falta de formação acadêmica formal. Carvalho iniciou sua carreira como astrólogo e jornalista, mas ganhou notoriedade ao se engajar em discussões filosóficas e políticas, especialmente a partir da década de 1990, quando lançou obras como *O Imbecil Coletivo*. Seu pensamento está marcado por uma crítica contundente ao

ideológica da nova direita no Brasil. Segundo Rocha, Olavo de Carvalho não apenas introduziu uma visão radical e polarizadora, mas também fomentou uma linguagem agressiva e divisiva que transforma adversários em inimigos irreconciliáveis, minando o diálogo social e enfraquecendo a coesão da sociedade. Essa retórica de confrontação impede a construção de pontes entre diferentes visões políticas, alimentando uma atmosfera de instabilidade que ameaça a própria democracia.

Como mencionado, a campanha de Bolsonaro em 2022 destacou-se por *slogans* que evocavam um retorno aos valores tradicionais e mobilizavam o eleitorado em torno de uma narrativa nacionalista e conservadora. Neste sentido, o *slogan* aqui estudado sintetiza essa retórica, representando religiosidade, patriotismo e uma visão de família tradicional. Ao examinar essa retórica, percebe-se como Bolsonaro utilizou símbolos e narrativas que fomentaram uma identidade política de exclusão e oposição, reforçando a polarização no Brasil. Nos tópicos seguintes, serão aprofundadas as implicações desses elementos discursivos na construção da guerra cultural, com o objetivo de identificar seus efeitos discursivos.

Para ilustrar a importância desse *slogan* para Bolsonaro, importa citar que ao acessar as mídias sociais do ex-presidente, rede X e Facebook, deparamo-nos imediatamente com um *card* que sintetiza sua mensagem central:

Figura 3: Imagem da rede social, perfil oficial na rede X

marxismo cultural e às ideologias progressistas, além de uma defesa do que chamou de “valores tradicionais”.
Fonte: Mendes, (2023).



Fonte: Perfil oficial X, (2024).

Figura 4: Imagem de rede social Facebook



Fonte: Perfil oficial Facebook, (2024).

Pelas imagens percebe-se que o *slogan*, bem como as cores e a bandeira nacional e o acréscimo do termo “liberdade”, pautam sua apresentação como sujeito político. No entanto, como vimos, o “Deus” mencionado pelo ex-presidente não é qualquer Deus, pois há uma

referência regular ao Deus cultuado pelas religiões protestantes (evangélicas), católicas e pentecostais, excluindo-se do conceito as demais religiões. Este aspecto religioso é central para compreender a retórica bolsonarista, pois ele tem a ver com o exercício do “poder pastoral”, do poder que teria aquele que seria o porta-voz da divindade.

Para exemplificar como Bolsonaro emprega o termo “Deus” em sua semântica de Deus cristão, podemos analisar a sequência discursiva do discurso realizado na Assembleia Geral da ONU em 2021. Nesse pronunciamento, Bolsonaro declara: SD2: “[...] *O Brasil é um país cristão e conservador, que acredita em Deus e defende a liberdade*” [...] (Bolsonaro, 2021). Ao referir-se a um “país cristão” ele ativa simbolicamente uma associação com a base evangélica, uma escolha discursiva que reforça sua identificação com essa parcela específica do eleitorado. Aqui, “Deus” não é uma figura universal; ele é mencionado como o Deus do cristianismo, particularmente aquele promovido pelas igrejas evangélicas que crescem significativamente no Brasil.

Essa referência estratégica permite que Bolsonaro não só mobilize o eleitorado evangélico, mas também legitime suas ações políticas como parte de uma missão transcendente. Ao invocar Deus de forma específica e excludente, o discurso delimita a identidade de sua base, reforçando a polarização ao excluir outras tradições religiosas e definir uma fronteira rígida entre os apoiadores de sua visão conservadora e aqueles percebidos como adversários.

De forma análoga, “Pátria” se refere a um patriotismo brasileiro, mas que é derivado da cultura norte-americana. Este aspecto é evidenciado pelo frequente alinhamento de Bolsonaro com as políticas e símbolos norte-americanos, especialmente durante a administração Trump (2017 a 2021). Bolsonaro adotou um discurso nacionalista que exaltava um patriotismo influenciado por valores e ideais norte-americanos, como o combate ao comunismo/socialismo e a valorização das forças armadas. Este nacionalismo, no entanto, é seletivo e excludente, reforçando uma identidade nacional que se opõe a influências culturais progressistas e internacionais, criando um “outro” a ser combatido.

No discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2022, ele menciona: “*Neste 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira*” (SD6). Essa declaração evidencia a associação simbólica que Bolsonaro faz entre as cores nacionais e seus apoiadores, consolidando o verde e o amarelo como elementos

de identificação política. Ao destacar que os manifestantes “*trajavam as cores da nossa bandeira*”, o então presidente reforça uma narrativa em que os símbolos nacionais não apenas representam a nação como um todo, mas são apropriados para simbolizar uma parcela específica da população, alinhada ao seu projeto político e ideológico.

Esse trecho reflete um nacionalismo marcado pela defesa da pátria contra o que é percebido como corrupção e socialismo, alinhando-se a uma perspectiva de “ordem” e valores de mercado, frequentemente associada ao conservadorismo norte-americano, especialmente o de Donald Trump. A referência ao endividamento e à corrupção na Petrobras também se encaixa no padrão discursivo de Bolsonaro, onde o outro (neste caso, o socialismo e o governo anterior) é posicionado como o responsável pela corrupção e pela ameaça aos valores nacionais.

Bolsonaro se coloca como a única alternativa para restaurar uma suposta “essência nacional”, enfraquecida pelos governos anteriores, vejamos: “*Vocês sabem a beira do abismo que o Brasil se encontrava há poucos anos, atolado em corrupção e desmando. Demos uma nova vida a essa Esplanada dos Ministérios, com pessoas competentes, honradas e patriotas. Começamos a mudar o nosso Brasil*” (SD3). Nesse processo, ele utiliza estrategicamente o conceito de nação, definindo-o e reafirmando-o de acordo com seus interesses políticos e eleitorais. Essa abordagem permite-lhe estabelecer uma divisão clara entre aqueles considerados patriotas (seus aliados) e os tidos como antipatriotas (seus opositores) (Santos, 2021).

Como mencionado, a campanha bolsonarista se apropriou de elementos simbólicos da identidade nacional (como evidenciado nas SD1 - Figuras 1 e 2) para reforçar sua narrativa política, transformando bandeiras, hinos e cores da nação em instrumentos de afirmação ideológica. Esses símbolos, historicamente associados a um sentido coletivo e plural de brasilidade, foram ressignificados para demarcar a polarização política e definir aliados e adversários no campo social. A partir desse processo, o nacionalismo, que tradicionalmente evocava unidade, passou a ser utilizado como ferramenta de exclusão, onde os adversários políticos eram colocados como inimigos da pátria, nas palavras de Santos (2021):

Com efeito, o caráter nacionalista das palavras de ordem da campanha de Jair Bolsonaro retroalimentou um fenômeno crescentemente observado a partir dos movimentos de manifestação populares que se iniciaram com os protestos de junho de 2013: uma tendência de apropriação de símbolos nacionais por movimentos políticos e sociais conservadores. (Santos, 2021, p. 15)

Família, por sua vez, não se referiria a qualquer tipo de família. O conceito de família contido neste discurso é o conceito de “família tradicional brasileira”, composto por duas pessoas de gêneros diferentes, homem e mulher, e filhos. Este modelo exclui famílias diversas, como as formadas por casais homoafetivos, mães solteiras e outras configurações familiares modernas. Bolsonaro utiliza o conceito de família tradicional para apelar a valores conservadores profundamente enraizados na sociedade brasileira, apresentando-se como o defensor da moralidade e da ordem social contra a “decadência” promovida pelos adversários progressistas.

No ato em Brasília em 7 de setembro de 2022, Bolsonaro reforça o conceito de “família tradicional”, enfatizando uma estrutura familiar específica que exclui outras formas de organização familiar. Ele argumenta contra a “ideologia de gênero” e contra valores progressistas, reforçando uma identidade de defesa da moral tradicional: *“Somos uma pátria majoritariamente cristã que não quer a liberação das drogas, que não quer legalização do aborto, que não admite a ideologia de gênero. Um país que defende a vida desde a sua concepção, que respeita as crianças na sala de aula, que respeita a propriedade privada e que combate a corrupção para valer”* (SD3).

Esse trecho reforça a ideia de uma “família tradicional” que, segundo ele, defende a vida, a moralidade cristã e se opõe à educação com base na “ideologia de gênero”. Assim, ele apela aos valores conservadores brasileiros e constrói uma oposição direta a modelos familiares que fujam dessa norma.

Como observado por Seraglio (2021, p. 59), no discurso político de Jair Bolsonaro, a ideia de “ideologia” é frequentemente utilizada com conotações negativas, sendo vinculada a conceitos como gênero e moralidade. Essa abordagem reflete um deslocamento semântico que transforma o campo científico da “teoria de gênero” em “ideologia de gênero”, termo carregado de valores morais e retoricamente empregado para deslegitimar debates acadêmicos e questões de diversidade. Para a autora, essa transformação sustenta uma rejeição ao conhecimento científico das ciências humanas, associando a ideia de ideologia à manipulação e falsidade, em uma estratégia discursiva que reforça valores conservadores. Essa retórica, amplificada no contexto dos projetos da Escola sem Partido, que defenderia “uma educação apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias” (Politize, 2024), posiciona a ideologia de gênero como uma ameaça aos valores familiares e ao patriotismo, criando um discurso

polarizador que desqualifica estudos de gênero e mobiliza uma narrativa de combate contra um inimigo político identificado, geralmente, com a esquerda brasileira (Serraglio, 2020).

Destarte, analisar o *slogan* permite desvelar como Bolsonaro utiliza símbolos e narrativas para atualizar uma memória política e social que mobiliza o eleitorado conservador, reforçando valores tradicionais e excludentes. Sob a perspectiva foucaultiana, essa atualização da memória não é uma mera reprodução do passado, mas uma estratégia ativa que reinscreve e ressignifica o discurso integralista de “Deus, Pátria e Família”, adaptando-o às necessidades do presente.

Em suma, as três dimensões centrais do *slogan* podem ser assim problematizadas: A) **religiosidade e família tradicional (DEUS e FAMÍLIA)**: como a figura de “Deus” é invocada para atrair apoio político, particularmente entre comunidades evangélicas, e de que modo essa religiosidade é interligada a uma visão conservadora que busca preservar valores tradicionais e hierarquias morais que excluem visões mais plurais de espiritualidade e vida social?; como o discurso sobre a “família tradicional” compreende argumentos que sustentam políticas de proteção a uma estrutura familiar conservadora em detrimento de configurações familiares mais inclusivas e diversas?; B) **nacionalismo (PÁTRIA)**: como os elementos e símbolos nacionais mobilizados nos discursos de Bolsonaro sustentam uma identidade nacionalista/patriota que se diferencia das visões progressistas e cosmopolitas, reforçando uma hierarquia social e um ideal de brasilidade específico.

5.1 Deus, Família e valores tradicionais

Como vimos, o discurso de Bolsonaro frequentemente recorre ao termo “Deus” para legitimar seu papel como liderança e conectar-se emocionalmente com sua base de apoio. Nos discursos analisados, ele utiliza o termo como símbolo de uma autoridade maior, além de reforçar um compromisso moral e espiritual. Em 7 de setembro de 2022 ele declara SD3: “[...] *Com a graça de Deus, que me deu uma segunda vida, e pela missão também que me deu de comandar o nosso país, nós atingiremos juntos o nosso objetivo. Hoje vocês têm um presidente que acredita em Deus [...]*” (Bolsonaro, 2022).

A sequência discursiva mencionada emprega o termo “Deus” em sua semântica de Deus cristão, onde percebe-se que “Deus” não é uma figura universal; ele é mencionado como

o Deus do cristianismo, particularmente aquele promovido pelas igrejas evangélicas que crescem significativamente no Brasil.

A seguir vemos que o então presidente fala na SD6: “[...] este 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira. Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade. Muito obrigado. [...]” (Bolsonaro 2022).

Neste sentido, segundo o professor Pietro Nardella-Dellova (*apud* Sans, 2024), ao longo da história, os cristãos teriam perdido sua influência sobre os chamados Sete Montes, que incluem: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo/política, de modo que, a Teologia do Domínio agora buscaria uma “reconquista” desses espaços, com o propósito de promover uma ampla transformação do mundo e da vida humana com base nesses valores

A Teologia do Domínio tem uma abordagem pesada: é preciso tirar o diabo do poder. É preciso dominar o poder político fazendo com que os ungidos do Senhor tomem conta do poder político, que é o discurso da Michelle Bolsonaro. Segundo Michelle, havia demônios, havia pacto com demônios, eles estavam presentes no Planalto, e o Senhor ungiu o 'mito', o 'Messias', que foi batizado no Rio Jordão para libertar o povo. Perceba a montagem da narrativa”, analisou Dellova. (Sans, 2024)

De acordo com Pleyers (2020, p. 01), para compreender as dinâmicas do Brasil contemporâneo, especialmente as transformações políticas recentes, é fundamental observar as mudanças ocorridas no campo religioso que influenciaram diretamente o cenário político, assim, temos que o Brasil experimentou uma transição que incluiu o declínio da influência dos católicos progressistas, até então historicamente ligados a movimentos e organizações de esquerda/progressistas, e conseqüentemente a ascensão de correntes religiosas de direita ligadas a religiões evangélicas neopentecostais.

Pleyers (2020) menciona que a religião desempenha um papel significativo na política em muitos países da América do Sul, funcionando como “um dos espaços privilegiados de ação de grupos e atores religiosos em suas estratégias de construção de identidade e posicionamento institucional” (Pleyers, 2020, p. 01). No entanto, no caso brasileiro, a magnitude e a rapidez da reconfiguração política ligada ao campo religioso impressionam,

com um setor evangélico, particularmente o neopentecostal, assumindo um papel político de destaque:

Isso está longe de ser algo novo. A religião desempenha um papel na política na maioria dos países da América do Sul. O espaço político do continente tem sido “a longo prazo, um dos espaços privilegiados de ação de grupos e atores religiosos em suas estratégias de construção de identidade e posicionamento institucional” (Esquivel; Toniol, 2018, p. 475). Ainda assim, chamam a atenção, no Brasil, a dimensão e a velocidade da evolução do panorama político-religioso, bem como a amplitude do protagonismo político de um determinado setor dos evangélicos, em particular entre os fieis das igrejas neopentecostais. (Pleyers, 2020, p. 01)

Gracino Junior (2021, p. 01), em seu artigo “Os humilhados serão exaltados”, menciona o ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo, já que o movimento seria um ponto de convergência entre moralidade religiosa e discurso político. Ocupando o papel central, o ressentimento como força motriz nas adesões eleitorais dos evangélicos a Bolsonaro ilustra como esse movimento foi canalizado por discursos de restauração moral e contribuiu para consolidar uma base de apoio marcada por valores conservadores.

Assim, “Deus” no *slogan* de Bolsonaro pode ser interpretado como uma invocação de um ente moralmente superior que justifica uma luta contra inimigos “ímorais”, aí incluídos os “esquerdistas, lulistas, petistas, comunistas, abortistas, feministas”, apoiadores do que se denomina “ideologia de gênero”, etc, constituindo um antagonismo religioso que aproxima fiéis de Bolsonaro. Esse vínculo é estruturado pela promessa de um “reino de Deus na Terra”, que reitera a exaltação dos “humilhados”, agora mobilizados em torno de uma liderança que pretende restaurar uma ordem percebida como ameaçada (Gracino Junior, 2021, p. 03).

Ao analisarmos as indicações de Jair Bolsonaro para posições de destaque no governo, como a da Ministra Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal (STF), é essencial entender como essa dimensão religiosa foi entrelaçada ao discurso político. Ambas as figuras são amplamente associadas à comunidade evangélica e defendem abertamente pautas de cunho religioso que se alinham com os valores promovidos pelo presidente, reforçando o discurso de um Brasil tipificado como cristão.

A escolha de Damares Alves, que é pastora e ativista religiosa, sinalizou o compromisso de Bolsonaro em integrar a agenda evangélica no governo, enfatizando políticas voltadas à proteção da família tradicional, em oposição ao que o então presidente chama de

“ideologia de gênero”⁴. Já a indicação de André Mendonça, por sua vez, que foi escolhido para o STF sob a promessa de representar um ministro terrivelmente evangélico⁵ na mais alta corte do país, demonstra novamente uma linha de defesa institucional desses valores religiosos.

Para Silva (2019), ao se analisar como discursos políticos *online* utilizam o simulacro para criar uma percepção de verdade que se distancia da realidade factual, ou seja, uma abordagem que se relaciona com o estudo de discursos de cunho religioso e conservador. Assim como o *slogan* de Bolsonaro evoca elementos de uma verdade absoluta e moral através da fé, os autores destacam que a construção de um “dizer verdadeiro” no ambiente *online* manipula representações para criar afinidade com o público. Em ambos os contextos, o discurso constrói uma realidade imaginada e idealizada, na qual conceitos religiosos e patrióticos se tornam referências de uma “verdade” amplamente defendida, mesmo quando essa construção se desconecta das condições e fatos concretos da sociedade brasileira atual. Essa estratégia discursiva, seja no ambiente digital ou nos palanques, reforça uma gramática moral e conservadora que mobiliza sentimentos como pertencimento e proteção, em resposta à complexidade social e à percepção de insegurança cultural e moral.

Como vimos, as sequências discursivas de Jair Bolsonaro, ao incorporar referências a Deus e à moral cristã, principalmente sob a perspectiva evangélica, constroem uma base retórica que converge religião e política como fundamentos de legitimidade e identidade nacional. Ao invocar Deus e associá-lo à sua missão política, o ex-presidente ativa um discurso que se conecta emocionalmente com uma parte significativa de sua base,

⁴ Em meados de janeiro de 2019 a ministra Damares afirmou entrevista que “menino veste azul e menina veste rosa”, frase esta que tornou-se emblemática no início do governo Jair Bolsonaro, gerando ampla repercussão e controvérsia. Proferida durante um evento não oficial, a fala foi interpretada por muitos como um símbolo da agenda conservadora do governo, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e direitos humanos. Aplaudida pelos presentes, a frase foi usada para marcar o início de uma “nova era no Brasil”, segundo a ministra, enfatizando valores tradicionais que reforçam papéis de gênero normativos. Ao assumir o recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares também destacou seu posicionamento religioso, afirmando que “o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”. Essas declarações provocaram críticas de setores progressistas, que interpretaram a postura da ministra como um retrocesso nas pautas de igualdade de gênero e diversidade, enquanto grupos conservadores a celebraram como uma defesa dos valores familiares tradicionais. Fonte: G1, (2019).

⁵ Jair Bolsonaro destacou a indicação de André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF) como parte de sua promessa de nomear um ministro “terrivelmente evangélico”. A escolha foi anunciada em 2021, alinhando-se à agenda de Bolsonaro de fortalecer o vínculo com a base evangélica, considerada um dos pilares de seu apoio político. Mendonça, pastor presbiteriano e advogado-geral da União na época, foi descrito como alguém capaz de representar valores religiosos na mais alta instância jurídica do país. Bolsonaro também sugeriu que Mendonça poderia iniciar as sessões do STF com uma oração, reforçando seu compromisso com a integração da fé evangélica em espaços institucionais (fonte: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-indica-andre-mendonca-ao-stf/>)

especialmente os evangélicos, que se sentem representados por esse chamado à restauração moral e combate a inimigos imorais. Tal discurso se estrutura como um simulacro de verdade absoluta, no qual conceitos religiosos são empregados para legitimar uma narrativa de enfrentamento, antagonizando grupos como “esquerdistas”, “abortistas”, “comunistas” e outros que simbolizam a ameaça à ordem tradicional. Esta estratégia discursiva opera tanto *online* quanto nas declarações públicas, criando uma realidade imaginada que mobiliza o público através da promessa de um “reino de Deus na Terra”. As indicações de figuras como Damares Alves e André Mendonça para posições de poder evidenciam esse movimento, tornando o aparato estatal um espaço para a afirmação da influência evangélica e da moralidade cristã.

5.2 Pátria e Nacionalismo Cristão

O nacionalismo cristão, inspirado por figuras como Steve Bannon, teve um papel crucial na campanha de Bolsonaro e em seu discurso político. A defesa de uma nação cristã, comprometida com valores tradicionais, foi amplamente utilizada como uma forma de unificar sua base e isolar oponentes, mais uma vez utilizando o “nós”, cristãos, “homens de bem” contra “eles”, comunistas/progressistas e petistas. Rocha sugere que o discurso bolsonarista está intimamente ligado a um sistema de crenças e valores que obviamente incluem o nacionalismo/patriotismo, a religiosidade/nacionalismo cristão e o anticomunismo (Rocha, 2021, p. 146)

Como vimos, no discurso de Bolsonaro, a palavra “Pátria” é associada a uma noção de soberania ameaçada e patriotismo defensivo, nas quais ele apresenta o Brasil como uma terra quase sagrada que precisa ser protegida das ameaças, internas e externas. No discurso de abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU (SD2), “Pátria” é carregado de idealismo e revela uma visão simplificada e idealizada do Brasil como “paraíso”. Na lógica bolsonarista, o conceito de “Pátria” torna-se uma narrativa de exclusão e inclusão: apenas os que defendem essa versão idealizada de Brasil seriam os verdadeiros patriotas. Em “A Arqueologia do Saber”, Foucault (2014) sugere que todo discurso manifesta “uma presença repressora do que ele diz” (2014, p. 16) – aqui, a ideia de “Pátria” de Bolsonaro delimita uma visão de nação que silencia e exclui outras concepções do que o Brasil representa.

No discurso de lançamento de sua candidatura à reeleição (2022), ele reforça a ameaça contra a soberania nacional, indicando a influência externa como uma ameaça à “Pátria”: SD5: “[...] *Não queremos o Brasil dominado por outra potência. E temos outras poucas potências de olho no Brasil [...]*” (Bolsonaro, 2022).

Este trecho ilustra a associação de “Pátria” a uma ideia de proteção contra o estrangeiro, insinuando uma luta constante para manter a integridade do país contra potências que o ameaçam (sobretudo, China e Rússia). Essa retórica de proteção patriótica alimenta a guerra cultural, enfatizando um nacionalismo defensivo, cuja lógica exclui influências externas em favor de uma idealização conservadora e isolacionista da identidade nacional.

Candido (2023), em seu texto chamado “Uma palavra instável” de 1984, explora a complexidade semântica da palavra “nacionalismo”, que ao longo da história brasileira assumiu múltiplos significados e nuances. Ele relembra que, inicialmente, a palavra carregava um sentido de exaltação patriótica e militarista, especialmente no Brasil do início do século XX. O autor descreve como, nesse período, o nacionalismo representava ao menos duas faces, “opostas e complementares: exaltação patrioteira, que hoje parece disfarce ideológico, e o contrapeso de uma visão amarga, mas real” (Candido, 2023, p. 236-237). Essa dualidade revela uma ambivalência já presente nas interpretações do conceito, que simultaneamente glorificava uma imagem idealizada da nação enquanto ignorava as desigualdades sociais e raciais que perpassavam o país. A abordagem ufanista desse período, centrada na retórica da grandeza nacional e no esforço de exacerbação patrioteira, promovia uma visão elitista da brasilidade que excluía deliberadamente certos grupos.

[...] neste século a palavra nacionalismo, representou pelo menos duas faces, opostas e complementares: exaltação patrioteira, que hoje parece disfarce ideológico, e o contrapeso de uma visão amarga, mas real. Pela altura das comemorações do primeiro centenário da Independência (1922), houve um esforço continuado a exacerbação patrioteira, como se vê, por exemplo, na curiosa produção de Elísio de Carvalho, que, desde 1910 e o livro *Esplendor e decadência da sociedade brasileira*, vinha elaborando uma visão fantástica, arianista, aristocrática, nativista e ao mesmo tempo fascinada pelos requintes europeus. Esse egresso do anarquismo desenvolveu um nacionalismo triunfalista, que via na grandeza do país (hipertrofiada retoricamente) o fruto dos esforços das elites arianas e fidalgas.. O nacionalismo ornamental atinge aqui um dos seus limites implícitos, ao excluir tacitamente da nacionalidade o pobre, o negro, o mestiço, o chagá sico, o maleitoso, o subnutrido, o escravizado, como se fossem acidentês, manchas secundárias no brasão das oligarquias, idealizadas numa espécie de leitura delirante da nossa história. (Candido, 2023, p. 236-237)

Candido (2023) ressalta o exemplo de Elísio de Carvalho, cuja obra *Esplendor e decadência da sociedade brasileira*, de 1910, reflete uma interpretação extremada e fantasiosa da brasilidade. Carvalho elaborou “uma visão fantástica, arianista, aristocrática, nativista e ao mesmo tempo fascinada pelos requintes europeus” (Candido, 2023, p. 237), compondo uma espécie de nacionalismo ornamental que idealizava uma elite aristocrática e ignorava a realidade social brasileira. Esse tipo de nacionalismo excluía tacitamente “o pobre, o negro, o mestiço, o chagásico, o maleitoso, o subnutrido, o escravizado”, considerados como “manchas secundárias” (Candido, 2023, p. 237).

Segue o autor, citando Pontes de Miranda, e demonstrando que neste período a palavra tinha um cunho de “luta anti-imperialista e de libertação dos países colonizados e explorados pelas nações predatórias do Primeiro Mundo” (Candido, 2023, p. 238):

Com os modernistas ficou bastante desmoralizado o ufanismo dos decênios anteriores, a ótica deformante do otimismo patrioteiro. Mas eis que um lado do movimento se destaca e recai ao seu modo no vinco que parecia desfeito, criando um hiper nacionalismo sentimental, romântico e pátria-amada: o do grupo Verde-Amarelo. Assim ficou evidente como nas variações do nosso nacionalismo se cruzam a cada instante a atitude crítica e a obnubilação afetiva. Os líderes verde-amarelos se definiram no terreno político segundo várias gamas da direita, até a versão local do fascismo, com o Integralismo de Plínio Salgado. Nessa altura, isto é, o começo dos anos de 1930, nacionalismo foi principalmente lenha na fogueira da reação política. Mas também era, aos trancos e barrancos, uma grande aspiração de pesquisar e definir a identidade do país. (Candido, 2023, p. 240)

Após 1940, e em especial com o impacto da mudança de política na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, o termo *nacionalismo* começou a ganhar novos contornos. Sob influência da guerra e da resistência ao nazismo, a palavra passa a incorporar um sentido positivo de patriotismo e defesa da cultura nacional. Contudo, essa noção se transforma, especialmente quando o nacionalismo é associado a termos como brasilidade, adquirindo contornos de conservadorismo político e social.

Nacionalismo tinha, pois, um primeiro significado, digamos positivo, que exprimia o patriotismo normal e correspondia ao grande esforço de conhecer o país. Mas quando apelava para palavras como brasilidade, começava a se alterar e adquirir o sentido negativo de conservadorismo político, social e cultural; de sentimento antipopular e simpatia pelas soluções do autoritarismo de direita. Por isso, era palavra suspeita aos democratas mais consequentes e a toda a esquerda. Com os seus toques de xenofobia, patriotada, autoritarismo e saudosismo, era um conceito e uma posição que desejavam prolongar o passado e usá-lo para envenenar o presente, opondo-se a concepções mais humanas, isto é, as que miravam o futuro e procuravam

pensar os problemas da sociedade além do âmbito das nações, como o socialismo, mais atento ao conceito de luta das classes e de solidariedade internacional dos trabalhadores, do que aos estados nacionais se afirmando com vontade de poderio. (Candido, 2023, p. 242)

Essa mudança se intensifica durante a Segunda Guerra Mundial, quando a invasão alemã à União Soviética levou a uma revalorização dos símbolos e heróis nacionais, refletindo-se nas esquerdas de diversos países, inclusive na América Latina. Como Candido observa, “na América Latina, depois da guerra, o combate contra as oligarquias acabou por identificá-las com seu patrono, o imperialismo” (Candido, 2023, p. 242). Essa identificação aproximou a luta de classes do nacionalismo anti-imperialista, enquanto setores liberais passaram a defender a independência econômica. Essa fusão de objetivos permitiu que a esquerda assumisse a bandeira nacionalista, que antes era dominada pela direita, tornando-a um símbolo de resistência contra o imperialismo e a exploração econômica.

Sob esta perspectiva, a direita é que passa a ser antinacionalista, já que teoricamente alinhada aos interesses imperialistas, enquanto as tendências radicais são denominadas nacionalistas (Candido, 2023, p. 242). Percebe-se que certos períodos históricos e políticos selaram a transferência semântica da palavra, que na época em que foi escrito o texto, ou seja, 1984, estava atrelada ao progressismo e luta contra o imperialismo norte americano (Candido, 2023, p. 244)

Com a escalada do conservadorismo, deu-se um novo sentido à palavra, que conforme vimos nos discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, novamente voltou a estar atrelada a ideias conservadoras, mas agora a referência intelectual e cultural vem da América do Norte. Observa-se que o nacionalismo cristão ressignifica o conceito de “Pátria” ao adotar uma abordagem excludente e de resistência a valores progressistas e influências externas. Essa concepção se alinha a uma tradição de nacionalismo conservador que, ao longo da história brasileira, variou entre o ufanismo elitista e o anticomunismo feroz.

A partir das análises de Rocha (2021 e 2023) e Candido (2023), compreende-se que o discurso bolsonarista reativa memórias e símbolos do passado, estruturando uma narrativa de soberania ameaçada associada à moralidade cristã como elementos fundadores de uma identidade política. Assim, o nacionalismo no atual cenário brasileiro torna-se uma estratégia discursiva de mobilização, ao mesmo tempo em que reforça hierarquias sociais e a exclusão de grupos que não se enquadram no modelo de “brasilidade” idealizado.

6. Considerações Finais

A análise do discurso bolsonarista, centrada no *slogan* “Deus, Pátria e Família”, revela como a retórica política de Jair Bolsonaro mobiliza elementos de religiosidade cristã, nacionalismo e defesa da família tradicional para consolidar uma identidade conservadora em um contexto de intensa polarização política no Brasil. Esse discurso se alicerça na evocação de valores que ressoam profundamente em segmentos específicos da sociedade brasileira, principalmente os ligados ao cristianismo evangélico e ao conservadorismo moral.

Sob a perspectiva da guerra cultural, o uso estratégico desse *slogan* não é apenas uma mobilização de valores tradicionais, mas uma construção simbólica que distingue um “nós” e um “eles”, ampliando a clivagem entre os grupos conservadores e progressistas. Ao reivindicar para si a defesa de verdadeiros valores brasileiros, Bolsonaro associa sua liderança a uma missão quase sagrada, apresentando-se como defensor da pátria e da moralidade contra as ameaças internas e externas que supostamente colocam em risco a essência da nação. Essa retórica, como vimos, não apenas reforça o conservadorismo como valor, mas também exclui e marginaliza vozes divergentes, criando um ambiente de antagonismo.

O discurso de “Deus, Pátria e Família” também recupera e ressignifica símbolos e memórias de um passado autoritário brasileiro, sobretudo do integralismo, adaptando-os às dinâmicas contemporâneas de comunicação e de polarização. Ao resgatar esse imaginário, Bolsonaro reativa um nacionalismo cristão, orientado pela *far right*⁶ estadunidense, que reforça a identidade conservadora, sustentada por uma estrutura moral rígida e excludente, que divide a sociedade em linhas morais absolutas e dificulta o diálogo democrático.

O estudo deste *slogan* sob a ótica discursiva da guerra cultural revela que a retórica bolsonarista, além de mobilizar o eleitorado conservador, constrói uma narrativa de pertencimento e de identidade que busca moldar o imaginário social brasileiro, contribuindo assim para um cenário de acirrada polarização política e de extremismo ideológico.

⁶ O termo *far right* refere-se a movimentos, ideologias ou políticas no Brasil (ou em outros contextos internacionais) que são influenciados ou seguem a linha de pensamento da extrema-direita dos Estados Unidos. A “*far right*” (extrema-direita) nos EUA é geralmente associada a posições conservadoras e nacionalistas, com ênfase em temas como o conservadorismo social, o liberalismo econômico, o nacionalismo, o anti-comunismo, e, muitas vezes, atitudes anti-imigração e oposição a políticas progressistas (fonte: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?lang%3Dpt>).

Referências

ASSOCIAÇÃO, Brazil Livre. *Associação Brazil Livre*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Associa%C3%A7%C3%A3o_Brazil_Livre.jpg. Acesso em: 31 out. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. *Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 13 jun. 2024.

_____. Página oficial. Facebook, 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro>. Acesso em: 02 nov. 2024.

_____. Perfil oficial. X (anteriormente *Twitter*), 2024. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 01 jun. 2024.

_____. BOLSONARO indica André Mendonça ao STF. Exame, São Paulo, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-indica-andre-mendonca-ao-stf/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRAINLY. Associação Brazil Livre e suas relações com o nazismo no Brasil. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/53268944>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Todavia, 2024.

CARVALHO, Alexandre. *Esquerda x Direita: As origens históricas e filosóficas das grandes vertentes políticas*. Superinteressante, Edição 443, set. 2022, p. 46.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Edições Loyola. 2014.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro. Editora Forense. 2022.

G1. *Bolsonaro é lançado candidato à reeleição em evento com ataque ao STF e discurso de Michelle*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/07/24/bolsonaro-e-lancado-candidato-a-reeleicao.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2024.

G1. *Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'*. 03 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2024.

GLOBO. Convenção do PL de lançamento da candidatura de Bolsonaro no Maracanãzinho. G1 Política, 24 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/24/convencao-do-pl-de-lancamento-da-candidatura-de-bolsonaro-no-maracanazinho.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2024.

GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “*Os humilhados serão exaltados*”: *ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. And those who humble themselves will be exalted: resentment and evangelical adherence to Bolsonaroism*. Revista

Brasileira de Sociologia Política, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-6764-4797>. Acesso em: 12 de novembro de 2024. Publicado em: 12 maio 2021.

MENDES, Francine. *Marxismo cultural: discurso e política*. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7301>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PLEYERS, Geoffrey. *A ‘Guerra dos Deuses’ no Brasil: da Teologia da Libertação à Eleição de Bolsonaro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 35, no. 101, 2020. University of Louvain – Louvain-la-Neuve, Bélgica. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Hd79BxYGpNBzq7Bk9YpjMbM/?lang=pt>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

HUNTER, James Davison. *Culture wars: the struggle to define America*. New York: BasicBooks, 1991.

KEANE, John. *Vida e morte da democracia*. Tradução de Clara Colloto. São Paulo: Edições 70, 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PLEYERS, Geoffrey. *A “guerra dos deuses” no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro*. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 28, n. 3, p. 679-704, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HjnXq8pPN6XKBkwNvFmb67Q/?lang=pt>. Publicação em 22 Jul 2020. Acesso em: 12 dez. 2024.

PODER360. *Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro durante ato em Brasília*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-durante-ato-em-brasil/>. Acesso em: 29 out. 2024.

POLITIZE!. *Escola sem Partido: entenda a polêmica*. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

_____. *Bolsonarismo. Da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. Belo Horizonte. Autêntica. 2023.

SANTOS, Matheus Rodrigues dos. *"Brasil acima de tudo, Deus acima de todos": uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018*. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SANTOS, Frederico Rios C. dos. *O que se entende por Retórica da Guerra Cultural*. Domínios de Linguagem, Uberlândia. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-0496-8452>. Acesso em: 31 out. 2024.

SANZ, Rafael. *Religião ou projeto de poder: o que é a teologia do domínio?* Revista Fórum, 12 de março de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/24/convencao-do-pl-de-lancamento-da-candidatura-de-bolsonaro-no-maracanazinho.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2024.

SERAGLIO, Maruana Kássia Tischer. *O discurso político do viés ideológico na transição para o governo Bolsonaro (2018-2019)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

SILVA, Gabriela de Mello; ERNST, Aracy; VIEIRA, Vivian. "CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ" (JOÃO 08:32): *Simulacro no discurso político online*. Cadernos de Letras da UFF, [S. l.], n. 59, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2019n59a708>. Acesso em: 31 out. 2024.

SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. *A extrema-direita na atualidade*. Sociologia & Antropologia, v. 11, n. 3, p. 645-664, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SOWELL, Thomas. *Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas*. Tradução de Margarita Maria Garcia Lamelo. São Paulo. É Realizações. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALOR ECONÔMICO. *Bolsonaro dedica discurso na ONU a ataques eleitorais*. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/21/bolsonaro-dedica-discurso-na-onu-a-ataques-eleitorais.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2024.

ABSTRACT: This article analyzes Jair Bolsonaro's speeches during the 2022 presidential campaign, focusing on the use of statements tied to nationalism, religiosity, and the defense of traditional values, encapsulated in the political slogan "God, Homeland, and Family." The investigation is conducted from the perspective of understanding the phenomenon of the cultural war as a discursive practice, encompassing a struggle between conservative and progressive worldviews. Based on Foucault's theory of discourse as constitutive of social reality and its tensions, this study aims to understand how Bolsonaro mobilized statements linked to the cultural war to engage the electorate, promote political polarization, and consolidate an extremist political identity in contemporary Brazil. The analysis includes public statements, interviews, debates, and campaign materials, as well as the responses from the media and political opponents.

KEYWORDS: Discourse. Jair Bolsonaro. Nationalism. Religiosity. Traditional family. Cultural war. Political polarization.

